

PROGRAMA – MBA LEIS DE INCENTIVO E FOMENTO SOCIAL

1. Informações gerais

- **Data de início:** 21 de fevereiro de 2025
- **Horário:** às sextas-feiras (19h às 22h) e aos sábados (09h às 12h e 13h às 16h)
- **Local:** Aulas on-line ao vivo
- **Carga Horária:** 360 horas-aula + 40 horas de trabalho de conclusão de curso.

2. Disciplinas do curso

- O Estado brasileiro, as leis de incentivo e histórico do Terceiro Setor
- Leis de incentivo à Cultura
- Lei de incentivo ao Esporte
- Mecanismos de Fundos de Políticas Públicas Setoriais. (Fundo da Infância e da Adolescência e Fundo da Pessoa Idosa)
- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei Federal n. 13.019/2014
- PRONAS E PRONON
- Lei Federal de Incentivo à Reciclagem
- Elaboração e análise de projetos esportivos, culturais e sociais
- Metodologia da pesquisa
- Trabalho de conclusão de curso

3. Conteúdo Programático das Disciplinas

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Metodologia da Pesquisa	Evandro Luiz Echeverria	40

EMENTA

Introdução à Pesquisa Científica: Conceitos fundamentais da pesquisa científica; Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa. Fundamentos da Metodologia Científica: Métodos quantitativos e qualitativos. Delineamento e planejamento da pesquisa. Ética na pesquisa aplicada às ciências sociais; Construção do Problema de Pesquisa: Identificação de problemas; Formulação de hipóteses e objetivos de pesquisa; Técnicas de Levantamento e Análise de Dados: Instrumentos de coleta de dados: questionários, entrevistas e análise documental; Bases de dados públicas: captação e

análise crítica; Técnicas de análise: estatística descritiva, análise de conteúdo e estudos de caso; Elaboração de Projetos e Relatórios: Estrutura de um projeto de pesquisa. Escrita científica e normas da ABNT. Estudos de caso nas ciências sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017; Gil, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019; Demo, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2020.; TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (Org.). Metodologia da Pesquisa Científica: Dos Conceitos Teóricos à Construção do Projeto de Pesquisa. São Paulo: Editora Amplla, 2023.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	Oscar Moreira	40

EMENTA

Conceitos e regras de transparência: Conceito novos instrumentos, Transparência e controle; Requisitos para habilitação técnica: Habilitação técnica, jurídica e fiscal, Vedações/impedimentos; Planejamento e Seleção – Chamamento Público e Plano de Trabalho: Designação da Comissão de Seleção, Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestor da Parceria; Dispensa, Inexigibilidade e Emendas Parlamentares: Como utilizar com segurança, Como realizar credenciamento nas dispensas, Procedimento administrativo de inexigibilidade e emendas, Seleção de OSC em emendas parlamentares, Monitoramento e Avaliação de emendas parlamentares; Monitoramento e Avaliação: Comissão de Monitoramento e Avaliação, Visita in loco, Pesquisa de satisfação, Relatório Técnico de Monitoramento; Prestação de Contas: Elementos e prazos de entrega da prestação de contas, Prazo para análise da prestação de contas, Avaliação da Eficiência e Eficácia das ações, Aprovação da prestação de contas, Responsabilidades e sanções, Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, Conta bancária específica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco; UNIÃO. Decreto n. 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime

jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; MENDES, Michelle Diniz. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Belo Horizonte: Fórum, 2017; PEREIRA, Alexander G. Esfera Pública e Marco regulatório das organizações da sociedade civil. Dissertação Mestrado UFLA, Lavras, 2018, p. 361; GDF. MANUAL MROSC-DF: Gestão de Parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília - DF, novembro de 2018; LOPES, L. V. C. F.; SANTOS, B.; BROCHARDT, V. Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Brasília: Presidência da República, 2016; LOPES, Laís Vanessa C. F. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília:ENAP, 2019; SOUZA, Aline Gonçalves. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: avanços e desafios. GIFE: FGV Direito SP, 2020.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Leis de Incentivo à Cultura	Aline Akemi Freitas	60

EMENTA

O financiamento público da cultura no Brasil, por meio dos mecanismos de fomento direto e indireto, nas leis federais, estaduais e municipais, incluindo análise de impacto do Marco Regulatório de Fomento à Cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Manole, 2012. FREITAS, Aline Akemi. Direito à Cultura e Terceiro Setor: A democracia, o encorajamento e o controle por resultado. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. BRASIL, Ministério da Cultura. Manual do Proponente Módulo 1 – Apresentação de Propostas. BRASIL, Ministério da Cultura. Manual do Proponente. Módulo II – Monitoramento e Execução. BRASIL, Ministério da Cultura. Manual do Proponente Módulo III – Avaliação de Resultados. SILVA, José Afonso da. Ordenação Constitucional da Cultura. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. SILVA, Eliaidina; LIMA, Karina; LIMA, Alba. SANTOS, Maria. A Aplicação da Lei de Incentivo à Cultura na Democratização do Acesso ao Lazer. Licere. Belo Horizonte, v.24, n.1, mar/2021.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Lei de Incentivo ao Esporte	Leonardo Castro	40

EMENTA

A disciplina aborda os fundamentos, legislações e procedimentos relacionados à Lei de Incentivo ao Esporte no Brasil. Serão discutidos aspectos jurídicos, administrativos e práticos para a elaboração, aprovação e execução de projetos esportivos com base em incentivos fiscais. O curso enfatiza estratégias de captação de recursos, gestão de projetos e prestação de contas, além de explorar estudos de caso e tendências atuais no uso da lei como ferramenta de desenvolvimento esportivo e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, LEONARDO. Gestão e Financiamento Esportivo / Leonardo Castro, João Mandarino - Rio de Janeiro, RJ - Autografia , 2024. BRASIL. Lei nº 11.438/2006 – Lei de Incentivo ao Esporte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. CAVALCANTE, M. A. Incentivos Fiscais no Esporte: guia prático para gestores e empreendedores esportivos. São Paulo: Editora Esporte Brasil, 2021. MELO, M. C.; SILVA, R. F. Gestão de Projetos Esportivos com Incentivos Fiscais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. MINISTÉRIO DO ESPORTE. Manual de Orientação para Projetos da Lei de Incentivo ao Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br>. SOARES, L. P. Captação de Recursos para o Esporte: estratégias e práticas. São Paulo: Editora Manole, 2019.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Mecanismos de Fundos de Políticas Públicas Setoriais (Fundo da Infância e da Adolescência e Fundo da Pessoa Idosa	Isabella Leonel Cereda	40

EMENTA

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990). Lei n. 14.692/2023. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003). Resolução CONANDA. Resolução CNDI. Mecanismo de renúncia fiscal de imposto de renda. Doadores. Beneficiários. Seleção de projetos. Prestação de contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei Federal n. 8.069/1990. BRASIL. Lei Federal n. 14.692/2023. BRASIL. Lei Federal n. 14.692/2023. BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Orientações sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CNMP, 2020. OAB/SP.

Nota técnica sobre a doação vinculada às OSC nos Conselhos da Criança e do Adolescente em apoio ao PL 10.433/2018. SZAZI, Eduardo. Legalidade das Doações a Projetos Específicos Aprovados pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Direito do Estado. 08 ago. 2016. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/eduardoszazi/legalidade-das-doacoes-a-projetos-especificos-aprovados-pelos-conselhos-dedireitos-da-crianca-e-do-adolescente>; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia; SALLA, Ana Letícia Mafra; SANCHES, Michelle Baldi Ballon (et.al.); SOUZA, Aline Gonçalves; PANNUNZIO, Eduardo; VIOTTO, Aline (Org.). Incentivos regulatórios à filantropia individual no Brasil. 1ª ed. São Paulo: FGV Direito SP, 2019. v. 3. 196p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28455> ;

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
PRONAS/PC e PRONON	Greg Jordan Alves Silva	40

EMENTA

Leis de regência. Introdução. Proponentes. Objeto Financiável PRONAS/PCD. Objeto Financiável PRONON. Tramitação do projeto (apresentação, submissão, diligências, aprovação). Planilha orçamentária. Compras e contratações de recursos humanos e prestadores de serviços. Relacionamento com Patrocinadores. Execução do Projeto. Prestação de contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Ministério da Saúde. PRONON E PRONAS/PCD. Brasília, 2023; IMBIMBO, D. O.; CAMARA, G. D. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO ONCOLÓGICA (PRONON) E PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PRONAS/PCD) A PARTIR DE SEU MODELO LÓGICO. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 12, n. 1, p. 4042-4052, 2024; REZENDE, V. M.; NEVES, G. F. Formação, treinamento e aperfeiçoamento em oncologia infantojuvenil no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção oncológica: um panorama do triênio 2016-2018. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 64, n. 3, p. 327-331, 2018.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Lei de Incentivo à Reciclagem	Oscar Moreira	40

EMENTA

Lei n. 14.260/2021. Decreto Federal n. 12.106/2024. Objetivos da lei. Projetos de reciclagem. Fundos de investimento para reciclagem. Proponentes. Mecanismo de renúncia fiscal. Procedimentos administrativos relativos à apresentação (à recepção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, à avaliação de resultados e à prestação de contas). Funcionamento da Comissão Nacional de Incentivo à Reciclagem – CNIR.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei n. 14.260/2021; GOVERNO FEDERAL. Decreto Federal n. 12.106/2024.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
Elaboração e Análise de Projetos Esportivos, Culturais e Sociais	Vinnicius Vendura	40

EMENTA

Fundamentos de projetos, incluindo conceitos, características, benefícios estratégicos e operacionais, bem como técnicas para a identificação do problema central. Fases do ciclo de vida de um projeto — iniciação, planejamento, execução e controle, e encerramento —, além das estruturas organizacionais e impacto. As principais áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos, como escopo -objetivo geral, objetivos específicos, justificativa de aplicabilidade, cronograma (tempo), Orçamento (custos), qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições e indicadores, com foco na aplicação prática. Métodos para análise de viabilidade técnica, econômica e social, bem como os principais mecanismos de investimento, como incentivos fiscais voltados para cultura, esporte e projetos sociais. Elaboração e análise de alternativas, critérios de escolha e sustentabilidade dos projetos. Os papéis estratégicos do captador de recursos e do gerente de projetos, enfatizando interfaces com stakeholders, ética, responsabilidade profissional e liderança.

Ferramentas tecnológicas e a inteligência artificial como aliadas na elaboração, gestão e análise de projetos. A importância da ética, sustentabilidade e responsabilidade social,

integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na elaboração e gestão de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT DO VALLE, André; CIERCO, Agliberto Alves; SOARES, Carlos Alberto Pereira; FINOCCHIO JUNIOR, José. Fundamentos do Gerenciamento de Projetos. FGV Management. Editora FGV; FALCÃO, Ricardo. Elaboração de Projetos e Sua Captação de Recursos. São Paulo: Nova.e, 2015; MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de Projetos: Como Transformar Ideias em Resultados. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010; ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. São Paulo: Loyola, 2000; EMILIANO, Elisamara de Oliveira. Projeto Social na Prática: Um Guia para Ações Sociais Transformadoras. 1ª ed. Campinas/SP: Mundo Letras, 2022.; GOVERNO FEDERAL. Manual da Lei Rouanet. Disponível em: Manual da Lei Rouanet; GOVERNO FEDERAL. Manual da Lei de Incentivo ao Esporte. Disponível em: Manual Lei de Incentivo ao Esporte; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Circuito MROSC: Elaboração de Plano de Trabalho. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2018.

DISCIPLINA	PROFESSORA / PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
O Estado brasileiro, as leis de incentivo e o histórico do terceiro setor	Oscar Moreira	40

EMENTA

Evolução das formas de Estado. Setores sociais (primeiro, segundo e terceiro setor). Críticas ao conceito de setores sociais. Fortalecimento da sociedade civil brasileira. Período pós-constitucional de 1988 no Brasil. A reforma da administração pública. As leis de incentivo em âmbito nacional. Mapa da OSC. O tamanho do Terceiro Setor no Brasil. A importância do Terceiro Setor no Brasil. Por quê atuar no Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos. Terceiro setor: História e gestão de organizações. Summus Editorial; 3ª edição. ALVES, Mario Aquino. Terceiro Setor: as origens do conceito. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2019/09/04/16_30_48_593_TEXTO_01_Terceiro_Setor_as_origens_do_conceito.pdf; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar e SILVA JUNIOR, Nelson. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2009, vol.9, n.17, pp.129-148. ISSN 2175-1390. Disponível: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100009; OLIVEIRA, Eider A. Oliveira. SOUSA, Edileusa. O Terceiro Setor no

Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações Sociais. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. set./dez. 2015v.4n.3 p.181- 199. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/download/10976/11563/60384> .

SILVA, Felipe Luiz Gomes. OS PROFETAS DE UMA TERRA PROMETIDA: O TERCEIRO SETOR. ORG & DEMO, v.7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p. 33-50, 2006. MELLO, Janine. Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: trajetórias de criação e fechamento de Organizações da Sociedade Civil de 1901 a 2020. Brasília: IPEA, 2023.

4. PROFESSORES

Nome:	Oscar de Souza Moreira		
Titulação:	Mestrado Profissional	Área do Conhecimento:	Educação Profissional e Tecnológica
Instituição Formadora:	IFSUDESTEMG – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Ano de Formação:	2020
Experiência Acadêmica:	Professor de pós-graduação na PUC Minas, no programa de MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito. Professor de pós-graduação na Faculdade Republicana, no programa de MBA em Gestão e Administração Pública		
Experiência Profissional:	Premiado pelo SEBRAE Minas como segundo melhor consultor do Estado em 2017. Instrutor de cursos e consultorias para o Terceiro Setor, CMDCA e CMDI. Possui artigos publicados em sites especializados como o CONJUR, Justificando, Portal Migalhas, Revista Solução em Direito Administrativo e Municipal e Revista de Direito do Terceiro Setor.		

Nome:	Aline Akemi Freitas		
Titulação:	Mestrado	Área do Conhecimento:	Direito de Estado
Instituição Formadora:	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Ano de Formação:	2014
Experiência Acadêmica:	Docente em diversos cursos de especialização, pós graduação e cursos livres. Professora assistente em Direito Constitucional na PUC/SP por 10 anos.		
Experiência Profissional:	Fundadora do Cultura e Lei. É sócia do CQS/FV Advogados na área de direito administrativo, atuando com as leis de incentivo fiscal à cultura, bem como assessorando entidades e gestores públicos nas parcerias entre o Estado e o terceiro setor. Foi assessora especial na Secretaria-Geral da Presidência da República, na agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), tendo participado do processo de aprovação, revisão, regulamentação e implementação da Lei nº 13.019/2014, bem como da regulamentação da Lei nº 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, junto ao Ministério da Cultura. É autora do livro “Direito à Cultura e Terceiro Setor: a democracia, o encorajamento e o controle por resultado”, publicado pela Editora Lumen Juris, em 2016, bem como de diversos artigos na área. É professora em cursos de especialização e pós		

	graduação, especialmente nos temas de sustentabilidade e mecanismos de financiamento e fomento à cultura.
--	---

Nome:	Leonardo Castro		
Titulação:	Especialista	Área do Conhecimento:	Educação Física
Instituição Formadora:	Unisuam	Ano de Formação:	2007
Experiência Acadêmica:	Coordenador de Projetos Esportivos; Professor do Curso de Graduação em Educação Física (Ministrando aula de Atletismo, Natação e Handebol, Agosto de 2005 a Junho de 2009). Co-autor do livro Gestão e Financiamento. Rio de Janeiro, RJ - Autografia , 2024.		
Experiência Profissional:	Experiência com o ensino esportivo desde 2003, foi professor do curso de graduação em Ed. Física e coordenador de projetos esportivos da Unisuam / RJ. Em 2009, foi técnico parecerista do Ministério dos Esportes e atuou como analista concursado da Lei de Incentivo ao Esporte. Em 2013 aceitou o desafio e participou de toda reformulação Administrativa / Financeira do Flamengo, atuando como Gerente de Projetos Incentivados e Convênios, contribuindo assim para a autossustentabilidade do Departamento de Esportes Olímpicos do Clube. Em 2018 recebeu o convite para atuar como Diretor Nacional da Lei de Incentivo ao Esporte no Ministério do Esporte, em 2021 foi criada a Secretaria Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte – SENIFE. Em 2022 fundou a TRILHA Gestão, empresa que tem como Missão, Ajudar pessoas e organizações a alcançarem a felicidade através da transformação positiva e como Visão, Ser a empresa que transforma sonhos em realidade.		

Nome:	Isabella Leonel Cereda		
Titulação:	Especialista	Área do Conhecimento:	Gestão, Contabilidade e Direito do Terceiro Setor
Instituição Formadora:	Faculdade Batista	Ano de Formação:	2020
Experiência Acadêmica:	<p>Professora de Direito Empresarial, Constitucional, Eleitoral e Administrativo; Faseh e Faculdade de Sabará;</p> <p>Coordenadora Nacional da Extensão DNE e professora no curso de lideranças de impacto social - estratégias de impacto global, na Ânima Educação SA;</p> <p>Coordenadora do HUB de Inovação - FASEH;</p> <p>Coordenadora da Pós-Graduação em Gestão Pública e Sustentabilidade com ênfase no Terceiro Setor;</p> <p>Pesquisadora CNPQ - Sociedade, Estado e Resiliência - SER, da Faculdade Milton Campos;</p>		
Experiência Profissional:	Advogada Corporativa Estratégica com mais de 15 anos de experiência em escritórios empresariais e 4 anos de atuação estratégica na Ânima Educação (Maior empresa de educação de qualidade listada na B3 em novo mercado. Receita liq. 3,8 bi.), consultivo/preventivo, M&A, abertura de capital, projetos públicos, integração e mapeamento de operações;		

Nome:	Vinnicius Mendes Ventura		
Titulação:	Especialista	Área do Conhecimento:	Gestão de Projetos
Instituição Formadora:	Fundação Getúlio Vargas	Ano de Formação:	2018
Experiência Acadêmica:	Professor voluntário na Gerando Falcões - Falcon University. Professor de cursos do SEBRAE-ES, SEBRAE-AL. Professor no Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-ES e compõe o banco de professores credenciados da Escola de Serviço Público do Espírito Santo.		
Experiência Profissional:	Especialista em planejamento estratégico, captação de recursos e gerenciamento de projetos, facilitador e mentor de profissionais e organizações do Terceiro Setor na implementação e performance de Departamentos de Captação de Recursos e Desenvolvimento institucional. Profissional com mais de 13 anos de experiência atuando com temas de filantropia, gestão de projetos de impacto social e captação de recursos para organizações sem fins lucrativos, afiliado a Associação Brasileira de Captadores de Recursos, especialista em Gestão Pública pela UFV e MBA em Gerenciamento de Projetos na FGV.		

Nome:	Evandro Luiz Echeverria		
Titulação:	Mestrado	Área do Conhecimento:	Educação
Instituição Formadora:	Universidade de Cuiabá	Ano de Formação:	2006
Experiência Acadêmica:	Foi Coordenador de Cursos, Diretor de Faculdade e Diretor Geral de IES. Professor da pós-graduação em diversas IES. Coordenador de EaD na Faculdade Faipe. Coordenador de pós-graduação na Faculdade FAIPE. Professor na Uniassevi - Cuiabá. Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa.		
Experiência Profissional:	Consultor Empresarial. Conselheiro do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso. Tem experiência na condução de equipes para desenvolvimento de projetos; experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento estratégico, administração executiva, gestão de pessoas, empreendedorismo, cultura organizacional. Avaliador INEP-MEC para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.		

Nome:	Greg Jordan Alves Silva		
Titulação:	Mestrado	Área do Conhecimento:	Políticas Públicas
Instituição Formadora:	Universidade Federal do Paraná	Ano de Formação:	2018
Experiência Acadêmica:	Foi Professor Colaborador na Universidade Estadual do Centro Oeste, atuando nas disciplinas de Administração Pública, Gestão de Projetos e Gestão de Pessoas.		
Experiência Profissional:	Coordenador de Projetos no Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba. Têm experiência com gerenciamento de projetos fomentados por leis de incentivo fiscal – PRONON, PRONAS e FIA. Experiência com planejamento estratégico e gestão de indicadores e metas. Experiência com gestão de parceiras no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.		

